

# Implicações e desafios da prática pedagógica do professor da EJA no processo de alfabetização

Rosângela Diniz Soares<sup>i</sup> (UFPA)  
Maria Rita Barbosa de Almeida<sup>ii</sup> (UFPA)

## RESUMO:

O presente trabalho tem por objetivo identificar os desafios e implicações da prática pedagógica do professor da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no processo de alfabetização, buscando estabelecer relação entre as dificuldades desse docente em alfabetizar os alunos dessa modalidade de ensino e a metodologia aplicada por ele. Para esse fim, será feito um breve histórico da EJA, ressaltando-se alguns dos aspectos legais que situam essa modalidade no Ensino Fundamental no Brasil, com destaque para aqueles assegurados pela LDB, uma vez que o conhecimento do que se tem registrado sobre a história da alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil possibilita formar uma ideia do contexto de analfabetismo de jovens e adultos no país e como se tem procurado solucionar/minimizar o problema. Serão apresentadas, então, duas propostas do MEC de fortalecimento das políticas públicas de inclusão e superação das dificuldades: o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), como política educacional de inclusão em EJA, ofertando alfabetização para jovens, adultos e idosos por meio da implementação de políticas de formação, de distribuição de materiais didáticos e literários, de incentivo à leitura e de financiamento; e a Proposta Curricular da EJA fundamental – primeira à quarta série – alfabetização e continuação, como um referencial para as secretarias e professores planejarem o ensino de Jovens e Adultos. Assim, documentos de referência e alguns autores, dentre os quais Ana Maria Soek, Telma Ferraz Leal e Moacir Gadotti, que já estudaram o tema, serão consultados. Para a identificação das dificuldades, será utilizada entrevista com questionamentos referentes ao tema, bem como observações *in loco* sobre a prática do professor.

PALAVRAS-CHAVE: alfabetizar, dificuldades, docentes, EJA, metodologia.

## 1 Introdução

A Educação de Jovens e Adultos vem passando por uma fase crítica de não corresponder, na prática, ao que foi planejado e programado para esta modalidade de ensino, haja vista, o número de analfabetos ora crescer ora diminuir no país, conforme estatísticas do IBGE (2000 a 2010). Essa gangorra suscita o questionamento: que dificuldades enfrenta o professor de EJA em sua prática pedagógica que o impedem de chegar a resultados significativos ou de, pelo menos, minimizar tal situação?

---

<sup>i</sup> Rosângela Diniz SOARES, Mestranda da Universidade Federal do Pará (UFPA), email: rodiniz45@yahoo.com.br

<sup>ii</sup> Maria Rita Barbosa de ALMEIDA, Mestranda da Universidade Federal do Pará (UFPA), email: mariarbarbosa@hotmail.com

A necessidade de maior clareza acerca dessa questão oportunizou que se investigassem as implicações e os desafios da prática pedagógica do professor da EJA no processo de alfabetização.

Sabe-se que são muitos os problemas, mas o foco deste trabalho será direcionado ao estudo das dificuldades que os docentes encontram para alfabetizar os adultos, a partir daí, relacioná-las com as ações pedagógicas dos mesmos, para, então, analisar as problemáticas encontradas e verificar de que forma a metodologia aplicada não está sendo eficaz ao ensino-aprendizagem da EJA.

A princípio, será necessário que se faça um breve histórico da EJA, a fim de situá-la no decurso da história da educação no Brasil, e como esse projeto foi pensado enquanto política pública e alguns dos aspectos legais que o envolvem como a LDB, por exemplo. Ao histórico, segue-se uma explanação sobre a alfabetização planejada para essa modalidade de ensino.

As obras aqui referidas de Ana Maria Soek, Telma Ferraz Leal, Moacir Gadotti, entre outros deram suporte aos estudos teóricos realizados na produção deste trabalho. Para a realização da pesquisa e efetivação das análises, utilizou-se como instrumentos entrevistas e observações *in loco* da prática de sala de aula de cinco professoras de diferentes escolas da rede pública, situadas em bairros periféricos de São Luís do Maranhão, o que possibilitou a identificação das dificuldades dos alfabetizadores da EJA e o alcance dos objetivos propostos.

## **2 HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL**

Conhecer o que se tem registrado sobre a história da alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil é importante, pois ajuda a formar uma ideia do contexto de analfabetismo no país e como se tem procurado solucionar/minimizar o problema no decorrer da história.

Vislumbra-se essa tentativa de educação desde o Período Colonial quando os Jesuítas pretendiam doutrinar a população dessa época. Os ensinamentos eram fundamentados em princípios religiosos que estabeleciam normas de comportamentos e trabalhos que fossem úteis ao funcionamento da economia colonial, o método foi denominado de *Ratio Studiorum*. Assim, os Jesuítas foram os primeiros alfabetizadores. Nesse período não existiam escolas e os ensinamentos se efetivavam de forma oral, pois a população era analfabeta e não frequentava escolas.

As primeiras escolas surgiram bem depois, por intermédio ainda dos Jesuítas, que organizaram escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos. Conforme os estudos de Paiva:

ao analisar os registros históricos, percebe-se que durante quase quatro séculos, no Brasil, prevaleceu o domínio da cultura branca, cristã, masculina e alfabetizada sobre a cultura dos índios, negros, mulheres e não alfabetizados, que gerou o desenrolar de uma educação seletiva, discriminatória e excludente, que mantém similaridade até os dias atuais. (1987, p. 58 apud SOEK; HARACEMIV; STOLTZ, 2009, p.7).

Em 1824, a primeira Constituição Brasileira faz referência a que o ensino primário seja gratuito para todos os brasileiros. Mas, sabe-se que houve privilégios e os maiores beneficiados foram os cidadãos da elite.

A Revolução de 1930 proporcionou grandes mudanças política, social e econômica. Período em que a sociedade brasileira passava por transformações como a aglomeração de pessoas nos centros urbanos, devido às implantações de indústrias nesses lugares. Em 1934, com a promulgação da Constituição, o ensino para crianças e adultos se tornou obrigatório,

até então a escola era obrigatória só para às crianças, assim como o direito ao livro didático e ao dicionário da Língua Portuguesa.

Com o censo de 1940, foi detectado que 55% da população com mais de 18 anos era analfabeta, essa situação levou o país a esforçar-se para enfrentar o analfabetismo. Essa decisão, unida às propostas de campanha de alfabetização da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) aos países com grandes desigualdades sociais, impulsionou o projeto de implantação de uma rede de ensino primário supletivo para adultos não alfabetizados no Brasil.

A partir de 1945, com o fim da ditadura de Getúlio Vargas, o país vivia a efervescência política da redemocratização. O governo central precisava se fortalecer aumentando as bases eleitorais, integrar as massas populacionais de imigração recente e, sobretudo, desenvolver a produção. Surgindo daí a necessidade de se investir na educação da população, oferecer, no mínimo, instrução básica para atender a demanda do mercado. Nesse período a Educação de Jovens e Adultos alavancou consideravelmente.

Em 1947, uma Campanha de Educação de Adultos foi lançada, planejada por Lourenço Filho, inspirado no método de Laubach, que se fundamentava nos estudos de psicologia experimental realizados nos Estados Unidos nas décadas de 1920 e 1930. Essa primeira campanha objetivava alfabetizar em três meses e mais o curso primário em dois períodos de sete meses. Concluindo a formação, veio uma ação de profundidade direcionada à capacitação profissional e ao desenvolvimento comunitário. De acordo com Ribeiro (1997), ainda nesse período, foi criado pela primeira vez, material didático específico para o ensino da leitura e da escrita para os adultos, o mesmo era distribuído pelo ministério para as escolas supletivas do país, orientava o ensino pelo método silábico.

A campanha de Educação de Adultos foi muito significativa na primeira década, pois articulou e ampliou os serviços existentes e estendeu-se a várias regiões do país. Foram criadas várias escolas supletivas, envolvendo esforços das diversas esferas administrativas, de profissionais e voluntários. No entanto, a campanha começou a declinar no período de 1950, devido a alguns fatores como, mudança de governo, falta de verbas, ficando as ações da campanha dependentes de doações e de trabalhos de voluntários da base popular, o que causou a sua extinção antes do final da década de 50.

No final da década de 1950, as críticas feitas à Campanha de Educação de adultos eram direcionadas às deficiências administrativas e financeiras e à sua orientação pedagógica. Culpava-se o curto período da alfabetização, o método inadequado à população adulta e o uso do material didático, que era o mesmo para as diferentes regiões do Brasil.

A partir dessas reflexões, pensou-se em um novo paradigma pedagógico para a educação de adultos e a referência foi Paulo Freire, um alfabetizador pernambucano. Ele propunha uma alfabetização de Jovens e Adultos partindo do princípio de que o alfabetizando seja o sujeito de sua aprendizagem, que ele não negue sua cultura, mas que a transforme por meio do diálogo. Assim, Freire realizava os estudos a partir de “palavras geradoras”, que consistem em vocábulos do cotidiano dos alunos, observado e registrado pelo professor que as utiliza como base para as lições de silabação, que gerarão palavras novas e que suscitarão discussões sobre a realidade dos alfabetizandos. Paulo Freire não acreditava em uma educação em que o alfabetizador apenas deposita conhecimentos, mas num ensino que leve em conta os saberes prévios dos estudantes, dos quais originavam os conteúdos de ensino. Desenvolveu um conjunto de procedimentos pedagógicos que ficou conhecido como método Paulo Freire.

Sua proposta para alfabetização de adultos influenciou os principais programas de alfabetização e de educação popular realizados no país no início dos anos 60, que trabalhavam na perspectiva político-cultural, envolvendo igreja, partidos políticos de esquerda, estudantes e outros setores. Os alfabetizadores dos diversos grupos uniram-se e pressionaram o governo

federal para que os apoiasse e estabelecesse uma coordenação nacional para as iniciativas da sociedade civil.

Em janeiro de 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização. Nesse ano foram criados programas de alfabetização baseados na proposta de Paulo Freire, e era prevista a disseminação dos mesmos por todo o Brasil.

Ainda em 1964, com o Golpe Militar, que resultou nos militares governando o Brasil, houve repressão às pessoas e grupos que estavam envolvidos nos trabalhos de educação popular e os responsáveis expulsos do país, entre os quais Paulo Freire. O governo chegou ao extremo de proibir os movimentos de alfabetização permitindo apenas a realização de programas de alfabetização de adultos assistencialistas e conservadores.

Observando a grave situação de analfabetismo no país o governo decidiu assumir o controle dessa atividade, criando em dezembro de 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, visando erradicar o analfabetismo num curto espaço de tempo e possibilitar educação continuada aos jovens e adultos.

O modelo de alfabetização que propunha o MOBRAL era influenciado pelo método Paulo Freire, porém não contemplava o sentido crítico problematizador, sendo a preocupação maior ensinar a ler, a escrever e a contar num contexto militar. Desacreditado nos meios políticos e educacionais, por não corresponder aos altos investimentos, o Programa foi extinto e substituído pela Fundação Nacional Educar, pelo Decreto nº 91.980, de 25 de novembro de 1985.

A fundação Educar não executou diretamente os programas de alfabetização, mas promovia-os por meio do “apoio financeiro e técnico às ações de outros níveis de governo, de organizações não governamentais e de empresas” (Parecer CNE/CEB nº 11/2000). Objetivava “promover a execução de programas de alfabetização e de educação básica não formais, destinados aos que não tiveram acesso à escola ou dela foram excluídos prematuramente” (ZUNTI, 2000). Portanto, a Fundação tinha como especialidade a Educação Básica.

Como em 1985 finalizava o período ditatorial, no decorrer da década houve uma abertura política considerável que levou a uma grande movimentação na busca de mudanças sociais, inclusive na educação; e em 1988 foi aprovada a Constituição Federal que garantiu Ensino Fundamental obrigatório e de qualidade para todos, crianças e adultos, como obrigação do Estado e dos municípios. A educação de Jovens e Adultos ficou sob a responsabilidade da Educar que, subordinada ao Ministério da Educação (MEC), tinha a incumbência de financiar e supervisionar as ações educativas de erradicação do analfabetismo em todo o país.

Em 1990, a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, deixou claro que a situação mundial de analfabetismo de jovens e adultos, ainda era muito grande e propôs maior igualdade social nos países mais pobres e populosos do mundo. Neste mesmo ano, juntos, MEC e EDUCAR organizaram o Ano Internacional da Alfabetização, declarado pela UNESCO.

Com a mudança de governo, ainda em 1990, foi extinta a Fundação EDUCAR. Apesar das políticas públicas, no começo do século XXI, o Brasil apresentava um índice de 20% da população total, com 15 anos ou mais, em estado de analfabetismo, sem contar com os analfabetos funcionais, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nos primeiros anos da década de 90, após a extinção da Fundação EDUCAR, o governo federal ficou sem apoiar a educação de adultos. Em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, que considera a EJA uma modalidade da Educação Básica nas etapas do Ensino Fundamental e Médio.

Ainda na década de 1990, foi lançado o Programa Alfabetização Solidária (PAS), que contava com parcerias firmadas entre o governo e instituições públicas e privadas. Com a

mudança de governo, o PAS foi denominado de Alfabetização Solidária (ALFASOL), passando a ser responsabilidade de uma ONG que continuava a atender os alfabetizados por meio de quase totalidade dos recursos provindos do MEC.

Com o início de nova gestão, em 2003, o MEC voltou a ser o responsável pela alfabetização de adultos, lançando o Programa Brasil Alfabetizado (PBA). A prioridade do programa era levar alfabetização aos municípios que possuíam grandes índices de analfabetismo, situados nas regiões Norte e Nordeste para que estes chegassem pelo menos à média nacional os. Este programa perdura até dias atuais.

Como pudemos observar na história da alfabetização, foram muitos os esforços para se erradicar o analfabetismo no Brasil, mas não foram suficientes e apresentaram apenas redução nas taxas. Governo e sociedade se empenharam nessa batalha, mas as mudanças políticas, sociais e econômicas influenciaram muito na interrupção dos programas e praticamente sempre recomeçando políticas públicas conforme o contexto se apresentava.

### **3 O Programa Brasil Alfabetizado(PBA) como política pública de inclusão em EJA**

#### **3.1 Dos desafios**

O percurso histórico da educação brasileira demonstra a carência de políticas que deem conta da universalidade, da equidade e da qualidade da educação exigidas pelos novos tempos, haja vista que, historicamente as políticas destinadas à educação formal da nossa sociedade não foram capazes de possibilitar o acesso de todos à escola, e tão pouco, de garantir a permanência e o aprendizado dos alunos. Esta realidade tem como consequência um alto índice de analfabetos em todas as regiões do país e em particular no Norte e Nordeste.

As fragilidades das políticas educacionais brasileiras impediram grande parte da população de usufruir dos direitos educacionais garantidos legalmente, deixando-a, portanto, à parte da vida social letrada. A ocorrência desse fato se dá pelas seguintes razões: primeiro, o estado não deu conta de superar o fracasso escolar, conservando níveis altos de evasão e retenção; segundo, o contingente que ficou fora da escola ou que nela não conseguiu permanecer volta a procurá-la para retomar o processo de escolarização na modalidade EJA, o que se constitui desafio a programas como o PBA, por exemplo.

#### **3.2 Dos objetivos e fundamentos**

Para o alcance dos objetivos da Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos (DPEJA), é lançado, por meio da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, o **Programa Brasil Alfabetizado (PBA)**, iniciativa do governo federal para atendimento àqueles que não tiveram acesso à escrita. Os objetivos eram:

- a) criar oportunidade de alfabetização a todos os jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ou permanência no ensino fundamental;
- b) promover com qualidade o acesso à educação de jovens, adultos e idosos e sua continuidade no processo educativo;
- c) mobilizar gestores estaduais e municipais para ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- d) qualificar a oferta de alfabetização para jovens, adultos e idosos por meio da implementação de políticas de formação, de distribuição de materiais didáticos e literários, de incentivo à leitura e de financiamento. (MEC, 2003).

O PBA expõe em sua concepção e princípios os fundamentos que consolidam sua proposta de educação inclusiva para EJA, reafirmando aos Jovens e Adultos a centralidade do direito à educação e ao desenvolvimento de competências básicas que lhes sirvam como porta de entrada para o mundo escolarizado ao longo de suas vidas, o que é reforçado no Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA)

Como direito, a EJA é inquestionável e, por isso, tem de estar disponível para todos, em cumprimento ao dever do Estado, como modalidade no âmbito da educação básica preceituada na legislação nacional, bem como na perspectiva da educação ao longo da vida. EJA, como direito, pressupõe em sua práxis que o trabalho realizado garanta acesso, elaboração e reconstrução de saberes que contribuam para a humanização e emancipação do ser humano. (FUNAPE/UFG, 2009).

### **3.3 Dos princípios metodológicos**

A reformulação do PBA, em 2007, constitui-se nova forma de conceber o processo de alfabetização, exigindo uma metodologia que se estendesse para além da aquisição técnica da leitura e da escrita, que possibilitasse a aquisição de habilidades, competências e conhecimentos relacionados à vida dos alfabetizandos. Para tanto, foi necessário partir de uma abordagem em que se considerassem os diversos contextos sociais em que os alfabetizandos realizavam suas práticas cotidianas, o que, nas palavras de Paulo Freire, seria perceber a EJA como Educação Popular.

### **3.4 Da ação de formação dos agentes alfabetizadores**

O PBA concebe o processo de alfabetização como parte de uma política educacional pautada nos princípios de inclusão, equidade e de garantia dos direitos dos sujeitos. Neste sentido, a formação (inicial e continuada) daqueles que atuam diretamente junto aos alfabetizandos mostra-se elemento fundamental, o que implica considerar as diversas dimensões que envolvem esse processo, assim como a compreensão do conceito de formação como reflexo do próprio processo, que incide diretamente nas práticas dos agentes formadores.

Considerando-se que todas as ações de formação dos agentes envolvidos na educação de jovens e adultos articulam o fazer ao pensar, as diretrizes de formação apresentadas pelo PBA seguem numa perspectiva de continuidade de escolarização; diálogo e articulação permanente entre as instituições formadoras; pluralidade de concepções e referenciais teóricos, metodológicos e avaliativos; visão de formação enquanto processo; metodologias coerentes com os princípios do Programa; estratégias que potencializem os usos dos materiais didáticos; prática dialógica e proativa; fomento às atividades de pesquisa (BRASIL, 2007 p.12).

O PBA, então, apresenta-se como uma ação duradoura, uma política pública de integração e também de formação humanizadora da EJA, a partir da aquisição de saberes, conhecimentos e capacidades de leitura e de escrita, entendido pelo governo como uma possibilidade que permite aos jovens e aos adultos interferirem no mundo em que vivem para melhoria das próprias condições de vida.

## **4 Proposta curricular da EJA fundamental – primeira à quarta série – alfabetização e continuação**

Como se observa, anteriormente as políticas públicas de Alfabetização da EJA propunham um limitado espaço de tempo para alfabetizar, o que vem sendo ampliado, e dado sequência no decorrer da história, pois as experiências anteriores levaram a este entendimento, o que proporciona ao aluno uma continuidade ao aprendizado. A partir de 1988, está garantido em lei o ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

O Ministério da Educação (MEC) oferta, como apoio, uma Proposta Curricular para a EJA, disponibilizada às organizações governamentais e não governamentais para desenvolverem projetos de acordo com suas realidades. Assim, as secretarias e professores têm um referencial para se basearem ao planejarem o ensino de Jovens e Adultos. A referida proposta é pouco abrangente e contempla apenas as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental e limita as áreas de conhecimento. Também não leva em consideração o estudo para o trabalho, o mesmo seria importante, haja vista, o público de EJA ser adulto.

A EJA possui características próprias e, por isso, necessita de metodologias específicas, portanto, essa responsabilidade repassada aos professores necessita de suporte que os auxiliem a promover bons resultados, como por exemplo, qualificação profissional, pois as formações nesta área são restritas, sendo, a formação dos professores, geralmente, direcionada ao ensino regular. Políticas complementares neste sentido se fazem necessárias.

O MEC propõe na área de Língua Portuguesa o desenvolvimento da linguagem oral e a introdução e desenvolvimento da leitura e escrita. Sugere, também, como desenvolver essa proposta de ensino, e tece muitas outras orientações importantes a respeito do desenvolvimento da leitura, da escrita e da Linguagem oral. Apresenta, ainda, os conteúdos e objetivos didáticos a serem alcançados.

As orientações são claras e significativas, oferecendo metodologias e práticas educativas de grande valia para as escolas, principalmente se fossem estudadas e incluídas nos planejamentos dos educandos. No entanto, muitos professores as desconhecem, e desenvolvem suas práticas pedagógicas independentes das Propostas do MEC para a EJA.

## **5 A pesquisa e dados indicadores**

Os dados obtidos durante a entrevista com as cinco professoras e a observação *in loco* de sua prática de sala de aula revelaram que a ausência de uma formação inicial específica na alfabetização de EJA gerou ônus na prática pedagógica dessas professoras a ponto de elas não se sentirem seguras quanto ao(s) método(s) de ensino para lidar com níveis diferenciados de aprendizagem; delimitarem a metodologia apenas às observações dos “erros” dos alunos; não definirem uma abordagem para trabalhar os gêneros.

Como consequência dessa metodologia inadequada, tem-se: avaliação da aprendizagem pautada somente na observação pouco aprofundada das atividades de leitura e de escrita e em exercícios fonográficos; promoção dos alunos somente com base nos resultados das atividades supramencionadas.

## **6 A discussão**

A análise dos dados obtidos durante a pesquisa e a observação da prática pedagógica do professor alfabetizador de EJA indicaram que os problemas e dificuldades encontrados durante o desenvolvimento de sua prática são muitos e frequentes, estando relacionados à formação do professor alfabetizador; ao perfil peculiar e heterogêneo dos alfabetizandos; e, sobretudo, à metodologia aplicada no processo de alfabetização.

No que diz respeito à formação do educador de jovens e adultos, por se tratar de problema da mais alta importância, esta deve ser examinada pelo enfoque da consciência crítica, em que o educador percebe que sua função é essencialmente social, tendo valor apenas se ele, alfabetizador, se define como participante dos acontecimentos do seu meio.

Nesse sentido, a educação formal de EJA se apresenta como mais um dos processos de configuração da sociedade, pois nas palavras de Pinto:

A sociedade está sempre delegando a alguns de seus membros a educação de jovens e adultos. Essa delegação significa que essa sociedade deseja ver compendiados e transmitidos regularmente às novas gerações os conhecimentos que lhes são úteis, que expressam seu grau de avanço cultural e de domínio das forças da natureza, dentro de uma determinada ordem produtiva. (2007, p.109)

Sob esse ponto de vista, seria ingênuo pensar que a formação do educador de jovens e adultos se constitua tarefa fácil. Constitui-se, pois, processo dos mais complexos, uma vez que além da aquisição de saberes, esse educador precisa ter a formação técnica de transmissão desses saberes, que leve em consideração que os educandos da EJA, diferentemente da criança, até por sua capacidade de trabalhar, são membros atuantes da sociedade, e são as ações por eles realizadas que fazem imperiosa a sua instrução.

Na verdade, os educandos da EJA, mediante os vários papéis desempenhados, já atuam como educados, tendo em vista a sua participação na realidade cultural, social e política, faltando lhes a educação formal escolarizada, que elevará essa participação a níveis mais altos e mais coerentes com as exigências deste mundo capitalista, e agora também globalizado, com que se deparam cotidianamente.

Em consonância com os resultados da pesquisa, em que as professoras entrevistadas vincularam o perfil do educando de EJA à sua condição de analfabeto ou alfabeto funcional e, por conseguinte, às dificuldades metodológicas na realização de sua prática pedagógica, Moacir Gadotti declara: “Os Jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida, que estão na raiz do problema do analfabetismo. O desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida comprometem o processo de alfabetização de jovens e adultos”. (2008, p. 31)

Ainda que em parte tais condições sejam as responsáveis pela não alfabetização do educando de EJA, o que o mantém na condição de iletrado é o fato de ele ignorar as causas que o levaram a essas condições. Daí a significância da escolarização formalizada, uma vez que esta lhe possibilita a compreensão dos padrões que definem os conhecimentos exigidos pela sociedade de seu tempo.

Quanto ao método utilizado na efetiva ação pedagógica do professor de EJA, os relatos das professoras entrevistadas atestaram que atender às exigências do método não se constitui tarefa fácil. Por essa razão, com muita frequência, esse alfabetizador apresenta um discurso dissociado de sua prática. Isso acontece porque alguns não têm consciência da teoria que sustenta a própria prática, pois, segundo Moacir Gadotti, “O primeiro passo de quem quer contribuir na mudança da teoria que sustenta a prática do alfabetizador é saber qual é esta teoria”. (GADOTTI 2008, p.84)

Nessa perspectiva, “o educador de EJA deve praticar um método crítico de educação de adultos que dê ao educando a oportunidade de alcançar a *consciência crítica* de si e de seu mundo” (PINTO, 2007 P.84). Em outras palavras, ele terá que reinventar os procedimentos técnicos e as concepções de sua atividade pedagógica em função das respostas a serem dadas à sociedade da qual fazem parte ele e o educando de EJA, o que inclui: a) despertar no educando a necessidade de alfabetizar-se; b) usar elementos que façam parte da realidade do educando; c) constituir-se resultado do trabalho criativo entre educando e educador.



## Considerações finais

No momento em que dispomos de numerosos e potentes instrumentos teórico-metodológicos e tecnológicos que possibilitam o autoconhecimento e, por meio deste, a inserção na capacidade transformadora da realidade, a luta por identificar os desafios e sanar, ou pelo menos, minimizar as dificuldades com que se depara o docente na alfabetização de jovens e adultos nunca foi tão difícil.

Os resultados da pesquisa aqui apresentada evidenciaram que essa luta deu origem, nas últimas décadas, à busca pela implementação de políticas educacionais brasileiras voltadas para a educação de jovens e adultos. E, conquanto essa busca tenha começado ainda na década de 40 do século passado, até o momento, não alcançou sua meta.

O alcance de tal meta nunca foi e jamais se constituirá tarefa fácil, entretanto será possível, se as opções e os caminhos não conduzirem a uma alfabetização que se limite a reparar injustiças educacionais, mas possibilite a jovens e adultos a ampliação de seus conhecimentos, sua inclusão ao mundo do trabalho, emprego e renda, ao mesmo tempo em que os levem a se reconhecerem como sujeitos políticos, também responsáveis pela sua formação.

Nessa perspectiva, iniciativas públicas na forma de programas e projetos como o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), por exemplo, que a despeito da idealização, ainda não produziu os resultados esperados, provavelmente, por falta de seriedade ao acompanhamento de suas ações, ainda se constituem formas de enfrentamento das dificuldades, sobretudo aquelas relacionadas à ação pedagógica do alfabetizador de EJA.

Os mesmos avanços econômicos, científicos e tecnológicos que impulsionam de forma crescente as transformações no mundo, exigem da escola uma nova postura do docente quanto à sua prática, inclusive no que concerne à clareza do método, o qual deve ser definido em parceria com o educando, que deve se tornar consciente da importância do seu papel na sociedade.

Na Educação de jovens e adultos não é diferente, e, para que essas mudanças se efetivem, será necessária uma reestruturação do trabalho do professor, a fim de que, de fato, ele se constitua elemento de transformação, que possibilita ao educando a educação formal a que tem direito e que é uma das condições de acesso aos saberes construído pela humanidade.

Por fim, não se pode indicar receitas para a prática efetiva e eficaz do professor na alfabetização de jovens e de adultos, contudo algumas conclusões resultantes dos estudos realizados podem se constituir orientações na busca contínua pela solução das dificuldades. São elas: a educação é um processo que possibilita ao educando compreender a realidade e sobre ela agir; a EJA deve se constituir prática social, e, como tal, requer que o alfabetizador defina métodos e técnicas coerentes com o perfil dos seus alfabetizandos; o perfil do aluno de EJA se compõe de especificidades que potencializam suas qualidades de sujeito social; as políticas educacionais devem instituir propostas pedagógicas que se efetivem para além da ideologia.

## REFERÊNCIAS

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **Brasil alfabetizado**. Disponível em: [http://gestao2010.mec.gov.br/o\\_que\\_foifeito/program\\_143.php](http://gestao2010.mec.gov.br/o_que_foifeito/program_143.php). Acesso em: 10 jan. 2014.

BRASIL. Casa Civil. Decreto nº 6.093/07, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, visando a universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais, e dá outras providências. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=17457](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17457). Acesso em: 06 jan. 2014.

- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB n.º 11/2000. Brasília, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA)**. Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Versão preliminar. Parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental**. Brasília: MEC-SEF, 1995.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**/ Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Vida e Obra**. / Organizado por Ana Inês Souza, Giselle Moura Schnourr, Sônia Fátima Schwendler, Marilene A. Amaral Bertolini, Targélia de Souza Albuquerque, Maria Aparecida Zanetti. – São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: Teoria, Prática e Proposta**. 10. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire. 2008.
- PILETTI, Claudino. **Filosofia da educação**. São Paulo: Ática, 1997.
- PINTO, Álvaro Vieira. **Sete Lições Sobre Educação de Adultos**: 15. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- POSSANI, Lourdes de F. Paschoaletto. **Educação de Jovens e Adultos**. Um olhar sobre a exclusão. 1ª. ed. São Paulo: Articulação Universidade - Escola, 2007.
- SOEK, Ana Maria; HARACEMIV, Sonia Maria Chaves; STOLTZ, Tânia. **Mediação Pedagógica na alfabetização de Jovens e Adultos**. Curitiba: Ed. Positivo, 2009.